



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



mil. O Brasil produz 4 mil doutores por ano. É a mesma coisa que a Itália. Pode-se dizer: "Bom, mas a Itália tem uma terça parte da população do Brasil, *per capita* é pior." É verdade. Mas a Itália tem o dobro da produção *per capita* do Brasil. O fato é que nós produzimos 4 mil doutores. Não vou discutir a qualidade, certamente haverá bons e maus, as áreas estarão mais ou menos congestionadas, serão as mais importantes ou não. Mas há um sistema de formação de gente, que nunca foi interrompido, nesses 50 anos.

Como estamos repensando o passado, o presente e o futuro, é preciso ver que esse desenvolvimento que está sendo feito no Brasil não é uma improvisação. Como Nação, vem de longe e foi se consolidando com contradições, com dificuldades, com divergência de opiniões como é natural numa sociedade democrática, mas a diretriz se manteve e é uma diretriz de desenvolvimento.

Essas modificações, algumas das que mencionei aqui, têm um caráter que hoje é de permanência. A democracia é alguma coisa adquirida pela sociedade. A capacidade de negociar é adquirida pela sociedade. Quem participou, como vi, do movimento sindical nesses últimos 50 anos – posso dizer com tranqüilidade, acompanhei nos últimos 50 anos o movimento sindical – tem o lado ruim da idade, mas tem o lado bom que se aprende com o tempo. A mudança é radical, a capacidade negociadora, de definição de pontos de vista do sindicato é imensa no Brasil, ou seja, é uma sociedade que tem um grande dinamismo.

É claro que isso tudo gerou uma certa confiança no Brasil, e se nós formos olhar o volume de investimentos estrangeiros diretos, vê-se que eles cresceram fortemente na década. E não que foram as privatizações, as privatizações estão lá mais escuras. O vermelho é a não-privatização. E quem olhar, como eu olho todos os dias, os boletins do Banco Central ou as informações – não sei se saem, se são publicadas diariamente, mas eu recebo – vai ver que, hoje, o investimento não é de 500 milhões de uma vez, 200 milhões, 100 milhões é 50, de 5, de 10 é poroso, é um crescimento que está se acrescentando a uma multiplicidade de atividades econômicas. Aí se diz: "Bom, veja, isso aí é

o capital estrangeiro”, temos que olhar se isso não significa, também, uma perda de velocidade na formação do investimento no Brasil. Aqui, temos os dados a respeito da formação do último capital fixo. Houve uma recuperação; por causa da crise do ano passado, houve uma certa paralisação e eu imagino que, no ano 2000, haverá um certo fortalecimento. É pouco, precisamos chegar talvez aos 25%, mas, diga-se de passagem, o Estado que contribuía fortemente, no passado, para o investimento passou a ser o desinvestidor líquido, passou a ser devedor, crise da Previdência, crise no aparelho de Estado em geral.

Agora, vamos imaginar, só para calcular, que tenhamos 20%, para facilitar o cálculo, e que em dólar o produto bruto seja da ordem de 700 bilhões. São 140 bilhões, o capital estrangeiro que entrou foi de 30 bilhões, no máximo, ou seja, há uma forte formação de investimento nacional ou pelo menos de empresas que estão no país, não dependem do capital externo. Digo isso para tirar certos mitos ou certa poeira dos olhos das pessoas que custam a reconhecer; não é a dinâmica de um Governo, não estou me referindo ao Governo, pelo amor de Deus, mas ao Brasil, à sociedade, ao que está sendo feito. Eu já acabei de dizer, o CNPq não foi criado por mim, fui usufrutuário do Sistema, tive uma bolsa da Capes. Mas a verdade é que existe isso.

Então, não pensem que o fato de que há 30 bilhões significa que o dinamismo vem só desse setor, porque não vem. Isso aí é a evolução do PIB a preços constantes de 1980 até agora. Veja o que aconteceu. Está claro, a gente vê a relação com o setor externo e a dependência que, efetivamente, existe na nossa economia quanto ao dinamismo do setor externo. Ali, temos 82, 83 é crise do México, é uma profunda crise no Brasil. Então, o produto cai. Retoma depois, mais adiante, outra vez, uma queda acentuada a partir de 89, 90, 91, 92, fundo do poço. As razões são conhecidas: o fracasso do Plano Collor, Plano Collor I e Plano Collor II e, em seguida, retoma e pára. O período de 97 a 98 é de crise da Ásia, crise da Rússia, se tivesse os dados mais recentes, não os tenho aqui, mas não é difícil imaginar que eles retomam no primeiro trimestre, já no último trimestre do ano passado e primeiro trimestre deste ano.

Bom, a despeito de tudo isso – olhem, essa é a taxa de crescimento do PIB, mas volte para aquele item anterior –, a tendência é óbvia, como estamos fazendo aqui uma análise que é de estrutura, e que é secular, a tendência não é uma tendência de ir para o pior. Você pode discutir a velocidade, eu por mim dobraria isso, óbvio. Agora, a tendência não se pode discutir, não há razão. Não só é um país que cresceu incessantemente nos primeiros 80 anos do século XX, como nas duas últimas décadas, as que estão aí. Houve problemas. Estão aqui mostrados os problemas com clareza, mas houve continuidade na tendência de crescimento.

Agora, passe para o outro gráfico. Isso é a taxa de crescimento do PIB. Veja, também, que com exceção de 81, 83 (provavelmente), 90, 91, 93, 94 (que foi negativo) a taxa do PIB sempre foi positiva. É claro que aí eu não tenho o PIB *per capita*, mas diga-se de passagem que a taxa de crescimento demográfica caiu acentuadamente no Brasil. Hoje, é de 1,3, e por consequência um crescimento de 5; quando a taxa é de 1,3, é muito diferente de um crescimento de 7 quando a taxa era de 3, ou melhor, se equivalem, onde 5 é mais do que 7 quando a taxa é 3, como foi na década de 70; dados que as pessoas costumam não relativizar para mostrar que, a despeito de tudo, há uma tendência de crescimento.

Isso aí é o PIB *per capita* no mesmo período. Na verdade, repete um pouco, depende da taxa de crescimento da população, mas se vê com mais ênfase o que acabei de dizer, a queda é mais pronunciada, em certos momentos, mas retoma.

Bem, são dados mais recentes, é o primeiro trimestre de 2000 e o primeiro trimestre de 99. É inequívoco que houve um aumento grande de produção de bens duráveis, bens de capital, intermediários, industriais, mas os bens duráveis é que chamam a atenção fortemente para o que está acontecendo nesses últimos tempos. Isso é para mostrar que não foi só na indústria.

Quando se olha a agricultura, veja que na década de 90 houve uma tendência contínua ao crescimento da safra de grãos. Diga-se de passagem que a previsão mais recente é um pouquinho maior do que

essa, mas não tem muita importância para os fins que quero mostrar. Quero mostrar que, em termos de tendência, a década de 90 foi uma década que respondeu razoavelmente bem. Veja que nós passamos de 60 milhões de toneladas para quase 86 milhões de toneladas. É um crescimento forte, é um crescimento de quarenta e poucos por cento numa década. E como tenho visto referência à década de 90 como tão perdida quanto a de 80, eu acho que nem a de 80 foi perdida, como acabei de mostrar, mas veja que convém olhar dados, e convém olhá-los fora da conjuntura para que a gente tenha uma sensação mais realista do que acontece no país.

O dado sempre mais preocupante é que, dadas as transformações tecnológicas, dado o que já se sabe da taxa de crescimento da população, o dado mais preocupante costuma ser a questão do emprego. Não obstante, podem ver na primeira série de números, aqui, a variação de emprego em 12 meses – a fonte é o IBGE; a pesquisa mensal de emprego mostra que de outubro de 99 em diante começou a haver uma criação líquida de empregos; ou seja, empregos novos menos os empregos que se perdem: deu em março 621 mil, mas desde outubro começa a acontecer isso; isso é geral. Mesmo na indústria, onde o processo é mais lento. Temos já dois trimestres de recuperação do nível de emprego. Ainda não da taxa de desemprego, que a taxa de desemprego depende da oferta de mão-de-obra e que a expansão se dá de uma forma forte para que ela possa começar a surgir, mas os dados apontam nessa direção.

É claro que aí, também, é preciso verificar que o crescimento do emprego normalmente se dá no setor produtivo direto, quando ele começa a ter a indústria, a agricultura. Não tenho os dados da agricultura, aí. Aí, vai para o setor de serviços, em seguida, e serviço é o setor que absorve mesmo, porque 60%, hoje, estão nos serviços ou mais. Então, os efeitos disso só se fazem sentir com o tempo.

Com isso, quero dizer, portanto, que os dados mostram que nós estamos numa rota de crescimento. Não pensem que vou com isso me contentar, não. Já vou falar sobre o que me parecem, também, problemas a ser enfrentados.

Esses dados que mostrei até agora dizem respeito, basicamente, à questão econômica. Agora, me parece que é preciso uma nova reflexão. Primeira reflexão, portanto, com o clima de democracia, etc., a sociedade mais exigente, mais reclamação, um Estado que se modifica, maior porosidade. A despeito de todas as dificuldades, há crescimento. Deveria ser maior, poderia, etc., mas há crescimento, com todas as dificuldades.

Portanto, não se pode pensar que o Brasil esteja passando por um processo de perda relativa – relativa não é possível, depende do período com que se compara –, mas de perda do seu ímpeto de crescimento econômico. Os dados não sustentam esse mito. Há uma outra coisa que se pode dizer: "Podia ser mais." Ah, eu também acho, e quero. Vamos fazer, tentar fazer.

Agora, há um outro mito: as décadas foram perdidas na área social. A década de 80 não foi uma década perdida na área social. Talvez seja preciso alguém se debruçar mais profundamente sobre isso. A velocidade das transformações sociais, no Brasil, me parece, às vezes, mais rápida que a das transformações econômicas.

Vejam que eu sou Presidente, não devia dizer essas coisas. Mas, como sociólogo, fico inquieto por dizê-las. Porque é preciso tirar, desmistificar o pensamento, ver o novo, tirar a poeira dos olhos, olhando os números.

Aqui há dados, vou aproveitar uma pequena série deles, na área social, para dar sustentação ao atrevimento da minha afirmação. O que não quer dizer que esteja bom, hein? Não me venham, depois, dizer: "O Presidente acha..." Não, não. Estou dizendo que há uma tendência nessa direção. Vamos lá. A porcentagem de crianças fora da escola caiu drasticamente, de 18% para 4%, em oito anos. Isso não se fez à toa. Por trás disso, há políticas sociais. Por trás disso, há o Orçamento. Por trás disso, há a decisão governamental de dar prioridade à educação. Não acontece por acaso. Mas aconteceu.

A taxa de analfabetismo, de 90 a 99, cai de 18% para 13%. Quando se vê que as crianças estão na escola, é só projetar e vai ver o que vai acontecer daqui a dez anos. Porque se estão na escola, no futuro a queda vai ser muito maior, da taxa de analfabetismo. Adiante.

Olhem o que aconteceu com o número de matrículas entre 95 e 99. A educação secundária e técnica subiu 57%. A básica 13%. Diga-se, de passagem, a educação básica praticamente é pública, e vai continuar assim. Secundária, basicamente, é dos governos estaduais. A primária é dos municípios. O dinheiro é do Governo Federal. Não todo, mas uma boa parte. E a educação superior cresceu 28%.

Bem, a explosão do secundário está apenas começando. Por quê? Por causa da educação básica. Como houve, na educação básica, um avanço muito grande, forçou o secundário. Vamos ter que criar 10 milhões de matrículas, nos próximos quatro anos, para atender as crianças do secundário. Isso é emprego, também, porque vai ter que criar professor.

Aí já é um gráfico um pouco mais sofisticado, comparando o que aconteceu, em três anos nós fizemos dez anos. Mas isso não precisa, pode pular. Não é propaganda. Bem, isso quanto à educação. Quero acrescentar à educação uma outra questão. Mencionei que tínhamos um sistema de pesquisa. Pois bem, nos próximos anos, esse sistema vai ser altamente irrigado com recursos. Porque, em cada área privatizada – está lá no Congresso – existe um fundo de apoio à pesquisa. O fundo que sai da área do petróleo já está funcionando. Não sei exatamente, mas já deve ter gerado 100 milhões de reais.

Quando esses fundos todos forem aprovados pelo Congresso, o que espero que seja este ano, a partir do ano que vem, vamos ter 1 bilhão de reais adicionais. Porque os céticos de sempre vão dizer: “Ah, já que têm dinheiro, vão cortar do Orçamento.” Não é verdade. São adicionais ao que temos, e que não vão entrar no Orçamento. Vão ser feitos sob a forma de competição, como núcleo das próprias universidades e das empresas, para o desenvolvimento científico e tecnológico. Institucionalizamos recursos para pesquisa científica e tecnológica. Está feito. Falta só o Congresso aprovar. Mas vai aprovar.

Na área da saúde, talvez o dado mais significativo seja a mortalidade infantil. Olhem como ela caiu, de 47,8% para 36,7% em oito anos. Caiu sempre. Se olharmos os dados da década de 80, também vinham caindo. É que era muito alto o ponto de partida. Agora, repa-

rem que começa a ter uma diminuição, na velocidade da queda. Por quê? Porque essa queda é uma queda que se conseguiu fazer aumentando significativamente, por exemplo, o número de agentes comunitários de saúde. Eram 28 mil, em 94. Hoje, devem ser uns 120 mil, não sei exatamente, dá mais de 100 mil, certamente. Criamos médicos de família, pelo sistema cubano, até com médicos cubanos, em certas regiões do Brasil, atendendo às populações mais pobres.

Houve aumento da nutrição. O programa de merenda escolar do Brasil talvez seja o maior programa nutricional do planeta. Todas as crianças que estão em escolas públicas recebem, todos os dias, um prato de comida. E se for nas comunidades atendidas pelo sistema Comunidade Ativa, Comunidade Solidária, recebem dois, ou seja, são 32 milhões de pratos de comida por dia. Isso era centralizado em Brasília. Nós descentralizamos. Para evitar a corrupção. Pode haver a pequena, aqui e ali, mas a grande não. E para fazer com que dinamize a economia local, porque a compra é local. E o gosto das populações varia, também. Mas todas as crianças recebem comida. Isso também melhora a qualidade, a nutrição. Claro que a mortalidade infantil não depende disso. Mas, a mãe, se for melhor alimentada, melhora também.

Agora, para nós avançarmos aí, neste ponto, precisamos de duas coisas: atendimento à saúde da mulher – e o Ministério da Saúde está cuidando intensamente disso, pela primeira vez na História, uma luta tremenda, porque aí entra a questão de gênero. Ninguém imagina a resistência que há, em setores médicos, à difusão dos programas de atenção à maternidade, atenção à mulher em geral. Mas introduzimos, com muita pressão do Ministro José Serra para que isso aconteça.

O outro é o saneamento básico, para poder baixar mais esses índices. E saneamento básico não se consegue de um ano para o outro. Temos dificuldades, aí, que mencionei em uma outra reunião que tive aqui, no Rio de Janeiro, recentemente. Há dificuldades sérias, mas nós vamos mobilizar recursos para avançar no programa de saneamento básico. Adiante.

Idem, no que diz respeito à terra, ao acesso à terra. Mas a verdade é essa aí. São assentamentos feitos. Na verdade, fizemos nesse período

de quatro anos mais do que em 30 anos da história do Brasil. Repito, o Governo é uma interação dialética, entre os movimentos, mesmo aqueles mais rebeldes, entre as demandas da sociedade, a democracia que força, a mídia que reclama, o Governo que acaba atuando. Os orçamentos são pequenos, mas têm resultado. Têm resultado. Houve uma transformação grande nessa questão do acesso à terra. Em termos de hectares de terra, não há semana que não desaproprie fazendas.

Agora, o mais curioso não é isso, não. Nunca nenhum fazendeiro veio me reclamar. Fiquei, no começo, espantado. Toda semana, desaproprio muita terra. Alguns preferem a desapropriação porque recebem título da dívida agrária. Mas não é só por isso, não. É porque a sociedade não aceita mais o latifúndio. Não aceita.

Participamos de debates incríveis na Constituição de 88. A sociedade não aceita a invasão da propriedade, sobretudo da propriedade produtiva. Os dados estão aí, muito claros. Mas também não aceita o latifúndio improdutivo.

Então, desapropriei o equivalente a três Bélgicas, 14 milhões de hectares de terra. É muita terra. Essa não é a parte mais difícil. O mais difícil é fazer a pessoa ir para a terra, trabalhar, ter assistência técnica, ter semente, ter financiamento. E não haver, simplesmente, desvios políticos no rumo de todo o processo. É um processo, mas está avançando. Adiante.

Vejam o seguinte: a consequência combinada da existência de um certo ímpeto de crescimento econômico com a existência de políticas públicas produz resultado quanto à proporção de pobres. Peguei, de novo, uma série longa. Porque a conjuntura perturba. E não se trata de um governo, repito. Este seminário, aqui, é para discutir o Brasil.

Está havendo uma redução efetiva da proporção de pobres no Brasil. Isso não nos satisfaz. Por quê? Porque a proporção ainda é muito elevada. E também não nos satisfaz em outro sentido: não se pode, simplesmente, imaginar que o número de pobres diminua em função do crescimento econômico. Não basta. É preciso que haja políticas focalizadas, específicas de combate à pobreza. Quais sejam essas é mais complexo de dizer. Mas é preciso que haja.

Vejam o que aconteceu aqui, que é muito interessante: há uma forte queda em 86 e 87. Cinquenta e um por cento, definido o pobre, de alguma maneira, em termos da renda familiar. Não está dito o critério aí. Pois bem, cai de 51% para 31%. Isso é o Plano Cruzado. Não é outra coisa, não. Chama-se Plano Cruzado. O efeito foi rapi-díssimo. Voltou, imediatamente, para 45%. Por quê? Porque não houve a estabilização da economia. Voltou a inflação.

Depois, a nova queda importante é o Plano Real. Não vejo o número daqui, mas é 33. E, no final, 32, qualquer coisa assim. Qual é a diferença? É a de que se estabilizou, quer dizer, não houve a volta, não aumentaram os índices de pobreza. Isso não basta, mas é condição necessária. Sem estabilização da economia não há combate sério à pobreza. Com inflação... Aí está aquele negócio que disseram aqui, que é bastante claro: o Plano Cruzado teve um impacto redistributivo imediato e, depois, voltou tudo. O Plano Real teve um impacto distributivo imediato, só que não voltou. Permite, portanto, que, agora, começemos a ter programas focalizados para combater a pobreza, porque os efeitos distributivos da estabilização ocorreram já. Já ocorreram. Não vamos nos contentar com 30% de pobres. Temos que baixar esse número de pobres.

Os efeitos do esforço educacional são positivos também, mas não bastam. Há muitos programas. O Governo Federal – e os estaduais devem fazer alguma coisa também – redistribui 17 bilhões de reais, sob várias formas. Se se quiser dar um nome pomposo, chame-se de renda mínima. Uma dessas rendas mínimas é a aposentadoria rural. São 12 milhões de pessoas. Custa, mais ou menos, 9 bilhões de reais. Tem-se que fazer isso. É um programa redistributivo. Aí, o INSS não tem que ter efeito de capitalização. Não, não. É renda redistribuída. A sociedade redistribui renda via INSS para 12 milhões de pessoas que não contribuíram para a sua Previdência, mas que têm direito à Previdência. Hoje, quando se for ao interior, nas zonas mais pobres do Brasil, o aposentado passa a ter uma posição um pouco melhor, porque, com a estabilização e com o aumento real que houve da renda – pequenininho, mas houve –, ele tem mais condições de sustentabilidade. Não é suficiente isso.

Alguns programas, como o Fundef, que mencionei aqui, aumentaram os salários das professoras no interior das partes pobres do Brasil em até 50%.

O Governo Federal tem um programa, que foi iniciativa final do Deputado Nelson Marchezan, no Ministério da Educação, de bolsa-escola. Fala-se muito de bolsa-escola, como se fosse uma coisa que foi feita aqui ou ali. Não. O maior programa de bolsa-escola é o programa do Ministério da Educação, que distribuiu para 600 mil famílias, 1 milhão de crianças. Isso tem efeito sobre a pobreza. Por menor que seja a massa de recursos que se distribua assim, tem efeito. A criança vai para a escola – portanto, melhora no futuro – e a família recebe uma pequena renda para tirar a criança do trabalho.

E já estou me referindo a um outro programa que temos também, que é o programa relativo ao trabalho penoso. Estamos tirando – friso – todas as crianças do trabalho penoso. Já tiramos cerca de 150 mil. Precisamos tirar mais. Acho que o total dá umas 300 mil. E há recurso no Orçamento para isso.

Então, quando dizem que este governo só olha para a economia, são pessoas que não olham os dados, que não olham para os números, que não têm a humildade de examinar *in loco* o que está acontecendo. Está bom? Não. Não está bom. Mas está-se fazendo um esforço considerável para que as coisas melhorem no que diz respeito à questão social e à questão de melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Houve, portanto, efetivamente, um avanço grande.

Esse é um dado interessante também. Isso é a renda familiar anual *per capita*. Talvez seja o dado mais importante para se medir, realmente, o nível de vida da população, a qualidade de vida da população. É a renda anual *per capita*. Quer dizer, em cada família, quanto cada um ganha no ano.

Atingimos, em 98, o maior índice de renda anual *per capita*, desde 1977. Olhem bem, é série longa. Vejam, de novo, que, quando houve o Plano Cruzado, olhem lá, de novo, como foi lá para cima. E olhem

como caiu. No Plano Real foi a consistente melhoria da renda anual *per capita*. Os que entendem do assunto sabem que esse é o indicador mais sensível para a condição de vida da população.

Então, vejo, freqüentemente, análises que dizem: "Ah, o Brasil está indo de mal a pior." Os dados não dizem isso. Você pode dizer: "Não está indo de mal a melhor." Mas está de mal a menos mal, pelo menos. E quem analisa com objetividade tem que perguntar não o número absoluto. É: quanto era antes? piorou, ficou igual ou melhorou?

Mostrei vários dados aqui. Esses dados são todos do IBGE, do Ipea. Não foram fabricados por mim. Todos esses dados mostram, consistentemente, que houve melhoria. Então, por quê? Então, por que não crer que o Brasil entra no novo século com melhores condições?

Bem, é claro que o efeito dessa melhoria se vê. Aí, são coisas mais conhecidas. O aumento de bens de consumo durável é bastante impressionante. Telefone, obviamente, é novo. Não estou defendendo o Plano Real, nem o meu governo. Estou defendendo o Brasil. Não é possível que esteja todo mundo imbuído por um pessimismo que não está baseado em nada, a não ser na vontade de sofrer. E há muita gente sofrendo, que sofre mais quando os que podem não sofrer começam a sofrer, porque não vêm nada e não permitem que se façam as coisas necessárias para os verdadeiros sofredores melhorarem. É a *intelligentsia* que tem que mudar. É a universidade, são os formadores de opinião, são os altos burocratas, são os técnicos que têm que olhar com mais atenção, não para dizer que está bom, mas para não pregar mitos errados. Isso aí são coisas antigas. São os mesmos de sempre: as crises econômicas prejudicam, os planos bem-sucedidos ajudam. E quando houve um problema, nos anos 70, de planos externos, situação externa boa e capacidade de decisão – autoritária, é verdade, e não gosto, mas, enfim –, que mexeu em certos problemas, têm efeito. Está aí o efeito.

Bom, isso aí, é claro, tem a ver também com o nível de vida. Melhora porque não apenas melhorou a renda, o nível de renda *per capita* anual, mas também, para os mais pobres, a cesta básica subiu muito menos do que a inflação. Muito menos do que a inflação, des-

de o início do Plano Real. Então, aí, evidentemente, o poder de compra aumentou.

Bom, creio que com esse conjunto de dados simples, mas que vão nos pontos efetivos, tanto na área econômica quanto na área social, quanto no investimento, é possível dizer que mudamos de século com ânimo para avançar mais. Isso não quer dizer que tenhamos um futuro fácil, porque o que está por trás disso – e por isso insisti tanto – é a necessidade de políticas continuadas, tanto na área econômica quanto na área social, e de uma democracia sempre presente. Não tem fórmula mágica para melhorar a condição de vida da população e para o país ter um destino nacional que leve, realmente, se pudesse falar em termos clássicos, à felicidade no sentido coletivo. Não há fórmulas mágicas. O que tem que haver é honestidade, competência, rumo, determinação e fé. Fé não no vazio, mas no que já se fez, para que haja motivação para que se continue fazendo.

Haverá problemas. A continuidade do crescimento econômico vai depender de muitos fatores. Ainda temos vulnerabilidades externas. Aí se vê com clareza. Ainda temos. Não se acaba com elas com golpe de magia, nem política, se, de repente, baixa-se um decreto e as coisas mudam, porque não é assim.

Passamos por um problema difícil, no ano passado, com a crise internacional. Hoje, as nossas reservas não são mais compostas por *hot money*. São, basicamente, compostas por esse dinheiro que mostrei, de investimento direto ou empréstimos de longo prazo das agências internacionais. Portanto, os tremores repentinos do mercado, provavelmente, terão um efeito muito menor sobre a solidez da nossa economia. Na conjuntura, os números todos, hoje em dia, internos são positivos. Mas vamos ter que aumentar a nossa capacidade exportadora porque, senão, vamos ter, permanentemente, esse problema de uma certa fragilidade externa.

Para aumentar a nossa capacidade exportadora, vamos ter que continuar aumentando a produtividade das nossas empresas. Vamos ter que ter maior inovação na nossa área exportadora. Mostrei os dados que indicam que as manufaturas começam a retomar o crescimento.

É preciso olhar, com atenção, a pauta de exportação e ver se estamos sendo capazes de exportar para os setores mais dinâmicos do comércio internacional.

Não basta dizer que o Governo tem que fazer isso, o Governo tem que fazer aquilo. Os empresários também têm. Também têm que inovar, também têm que gerir melhor suas empresas. Têm que dar atenção à escala das suas empresas. Têm que mudar a lei das sociedades anônimas para que os minoritários tenham mais garantias. Temos que formar um mercado de capitais no Brasil, para que possamos, efetivamente, ter aqueles índices de investimento, que estão chegando aos 20%, que aumentem consideravelmente.

Há muito o que fazer. Não se trata de cantar louros sobre uma vitória inexistente, porque um país nunca pode dormir sobre louros. Muito menos nós, que somos morenos, não temos tantos louros assim... Então, não podemos ficar imaginando que estamos com todos os problemas resolvidos. Mas temos que saber onde é que estão os problemas, ter determinação e buscar convergência, para chegar aos resultados necessários.

Acredito que teremos essa capacidade. Dado o que eu mencionei aqui, da capacidade científica e tecnológica existente, das providências que estão sendo tomadas para que ela possa se expandir, do fato de que o setor produtivo nacional continua avançando, não só o internacional, do fato de que temos milhares de novos empreendimentos, por este Brasil imenso, há um deslocamento geográfico óbvio do nosso setor produtivo. Óbvio. Olhem o Nordeste, em termos de empresas industriais. Olhem a expansão no Centro-Oeste, em termos do desenvolvimento da agricultura de alta tecnologia. Olhem o que acontece em Balsas ou em Barreiras, na Bahia, Piauí, Maranhão, novas fronteiras. Vão olhar esses eixos de desenvolvimento, como estão redesenhando o Brasil. Vamos ver o esforço feito, na questão dos portos, o esforço que está sendo feito. Precisa mais. A necessidade de infra-estrutura está equacionada, mas precisa ser feita.

Existem, portanto, possibilidades efetivas de que – respondendo à pergunta – o futuro seja melhor que o presente. O passado não foi

tão ruim quanto alguns dizem. O presente não é pior que o passado, é melhor. E o futuro poderá ser melhor que o presente, se tivermos a capacidade política de seguir adiante, no rumo traçado.

Se nós tivermos a compreensão real do desafio: onde é que estão os desafios? E não imaginarmos mitos com os quais acalentamos, às vezes, o nosso pessimismo, a nossa fracassomania, às vezes o nosso otimismo. Voltando ao que disse, no ponto de partida: é preciso ter um realismo utópico, se posso falar dessa contradição, porque gosto de dizê-la, de manter a razão, um certo ceticismo da razão. Mas uma vontade que seja uma vontade iluminada, uma vontade que vislumbre um horizonte.

Este Fórum, Ministro Reis Velloso, pode contribuir muito para isso, se tivermos a humildade de ver as coisas, ver os dados, de aceitar a crítica, a autocrítica ou o que seja, e não nos deixar aterrorizar por mitos que perturbam uma visão serena e objetiva daqueles que, realmente, têm responsabilidade de liderança neste país. E liderança, hoje, não é pessoal, tem que ser uma liderança coletiva. Há muitos setores que fazem parte dessa liderança.

Quando o País se abate por falsos profetas, quando ele se abate por idéias simplistas, quando ele se abate porque não tem, às vezes, mais a paciência, até mesmo para ver o que está acontecendo, quem perde não são os dirigentes, quem perde é o País, quem perde é a sociedade.

A nossa responsabilidade, digo nossa, agora, como pessoa, de todos nós, que somos capazes de ler, de enxergar, de somar dois com dois, e até de usar o computador, é muito grande. É muito grande para nos perdermos em devaneios pessimistas, muitas vezes, ou injustos, ou críticas vazias, ou visões que não correspondem mais à realidade. Com isso tudo, em vez de embalarmos as nossas possibilidades de crescimento, ficamos o tempo todo tirando o ânimo daqueles que precisam ter ânimo.

Mas este país não vai se deixar vencer por momentos fugazes, de uma visão equivocada, porque ele tem essa tendência que mostrei aqui. Tem as dificuldades, vamos enfrentá-las. Vencemos a estabiliza-

ção, vamos vencer o crescimento, vamos vencer a questão das limitações externas, vamos dar maior impulso às exportações e, sobretudo, vamos continuar dando educação em massa para esse povo, inclusive nos setores de mais vanguarda, para que o povo possa, realmente, participar do novo século que vem aí.

E o novo século que vem aí é o século do conhecimento, isso é indiscutível. Não vai poder ter conhecimento quem estiver ainda fragilizado pela saúde, desde o nascimento. Não vai poder ter conhecimento quem ainda hoje luta pela terra, meu Deus! Lutas dos séculos passados.

Se estivesse aqui o Cândido Mendes, ele diria que é a contemporaneidade do não coetâneo. Ele não está aqui, digo eu. São processos históricos diferentes. Temos que discutir ao mesmo tempo, como eu faço. E tem que fazer, com a Contag, horas e horas. Não faço com o MST porque não quero discutir com quem depreda. Com a Contag, eu discuto. Eu discuti com o MST, também. Assuntos do que as gerações passadas não fizeram. Devíamos estar discutindo mais a vanguarda. Não. Somos obrigados a discutir, e somos obrigados moralmente a discutir as questões que dizem respeito ainda ao acesso à terra, ainda ao acesso à escola.

Isso, ao mesmo tempo, evidentemente, dá um pouco de ansiedade, porque não se pode dar passos maiores, é a nossa condição. Não podemos fugir da nossa condição e nos isolar, pensando que estamos resolvendo tudo, quando só estamos resolvendo os problemas de uma elite. Não. A massa está vivendo situações diferentes da situação que seria aquela vanguardeira.

Não podemos deixar de atender a essa pluralidade de momentos históricos do nosso país. E, para isso, precisamos ter, realmente, essa vontade determinada.

Gostaria, imensamente, de falar sobre outras questões, sobretudo sobre as questões políticas, sobre as questões da reformulação, do que falta muito no nosso sistema político. Vejo, com muita injustiça, se dizer a toda hora que o Governo não quer a reforma tributária. O tempo todo estou discutindo a favor da reforma tributária. E ainda

hoje vejo nos jornais que, finalmente, pela pressão não sei de quem, o Presidente determinou... Determinei nada. Determinei sempre. Desde que se faça alguma coisa que seja efetiva e que não se vá criar uma reforma tributária que vá servir, apenas, para os advogados ganham mais dinheiro fazendo ações contra o Governo, liminares que impedem o Governo de cobrar aquilo que é devido.

Há muitos problemas que eu gostaria de poder discutir neste Fórum, com paixão. Com paixão, porque sem paixão não se mudam as coisas nem se faz política. E eu vejo, com freqüência, que dizem que sou distante e frio. É porque não me conhecem. Com paixão. Mas a paixão sempre moderada por uma certa dosagem de conhecimento, com uma certa humildade de saber que a vontade não faz tudo sozinha. Sem ela, não se faz muito. Com ela, sozinha, tampouco. Mas juntando a vontade com o conhecimento creio que se faz. Os senhores têm o conhecimento e a vontade. Podem fazer.

Muito obrigado.